

4

Conclusão

Julia Annas diz que, ao contrário do livro III, onde somente alguma poesia era imitativa, no livro X, toda a poesia é considerada imitativa¹⁴³. Mas, tal perspectiva parece ignorar a forma pela qual Platão se expressa no momento da rejeição da poesia que é prejudicial ao governo da cidade e ao governo interior de cada pessoa:

“Aqui está o que tínhamos a dizer, ao lembrarmos de novo a poesia, por, justificadamente, excluirmos da cidade uma arte desta espécie (τοιαύτην).”¹⁴⁴

Que espécie de arte é esta? Platão responde em seguida: “(...) a poesia imitativa voltada para o prazer (...)”¹⁴⁵. Pela análise que fizemos da poesia proibida e da poesia utilizada na educação dos guardas, sabemos que a poesia que Platão normatiza não tem a característica de ser determinada pelo prazer. A espécie de poesia que Platão proíbe de participar da cidade é a poesia que utiliza amplamente a mímese, e não a poesia em geral. O passo acima não deixa dúvidas a respeito disto. Pouco antes, em 607a4,5, Platão havia especificado a poesia que deve participar da cidade. Esta, apesar de não ser tão prazerosa quanto à poesia mimética, representará adequadamente a figura dos deuses e exaltará homens dignos de servir de exemplo a todas as pessoas, assim como havia determinado no livro III:

“Mas, para nós, ficaríamos com um poeta e um narrador de histórias mais austero e menos apazível, tendo em conta sua utilidade, a fim de que **imite para nós a fala do homem de bem e se exprima segundo aqueles modelos** que de início regulamos, quando tentávamos educar os militares.”¹⁴⁶

¹⁴³ Cf. ANNAS, J. op. cit. p. 336.

¹⁴⁴ Cf. Ibid. 607b1,3.

¹⁴⁵ “(...) ἢ πρὸς ἡδονὴν ποιητικὴ καὶ ἡ μίμησις (...)”

¹⁴⁶ Cf. Ibid. 398a9 – b5. O grifo é nosso.

É visível a continuidade entre o argumento defendido no livro III com o do livro X. Julia Annas ainda defende que produções artísticas como “hino aos deuses e encômios aos homens honestos” não são verdadeiras obras poéticas, e que, pelo próprio Platão ter sido um artista, sabia que não eram poesias reais¹⁴⁷. Será que, neste caso, deveríamos desqualificar enquanto poesia, por exemplo, as odes de Píndaro aos vencedores dos jogos? Pois parece ser exatamente algo do gênero que Platão propõe ao determinar a produção de poemas de exaltação aos homens nobres, que obedeçam os padrões estabelecidos pelos *τύποι*. A diferença entre as obras de Píndaro e a proposta platônica é que falta a Píndaro, assim como aos demais poetas, o conhecimento ou a opinião correta sobre os assuntos de que se propõe falar. A poesia que não é permitida na cidade é a mesma poesia que havia sido proibida no fim da primeira crítica poética, a poesia mimética, e não a poesia em geral. Por isso, G. M. A. Grube conclui que:

“The whole of this discussion in the tenth book, then, largely supplements what has already been said in the third and is an attack, somewhat enlarged, upon the same kind of art as was there rejected, with the possible inclusion of painting. It is an attempt to prove the condemnation of imitative art on metaphysical and psychological grounds, and though it seems to be rejected from the ideal state the most cherished Greek poetry it does not really introduce any new theory. To represent it, as is commonly done, as a condemnation of art as a whole is clearly mistaken, and definitely contradicts the commendation of good art (...)”¹⁴⁸

Se, ainda assim, aceitássemos que nos livros iniciais Platão expurga somente parte da poesia e no livro X a proíbe como um todo, seria necessário também aceitar que todo o primeiro estágio da “*παιδεία* dos guardiões” deveria ser descartado, já que todo esse nível educacional é baseado no ensino através da poesia. A função de cultivar nos guardiões as virtudes quando ainda não é possível fazê-lo por meio de uma educação racional teria de ser eliminada. Não nos parece que, após analisar e determinar detalhadamente cada norma relativa ao conteúdo, à forma e ao objetivo da poesia, Platão descarte todo esse

¹⁴⁷ Cf. ANNAS, J. op. cit. p. 344.

¹⁴⁸ Cf. GRUBE, G. M. A. op. cit. p.192. O grifo é nosso.

procedimento. Por si só, o cuidado de Platão ao analisar e determinar os parâmetros da poesia mostra a importância que o autor atribui ao discurso poético, ainda mais devido à função de educar os guardas destinada à poesia. Se a poesia for simplesmente descartada, Platão deve abrir mão do processo que incute na alma dos guardas as noções afins à natureza do belo e do bom, quando não é viável fazê-lo por um método que explore as habilidades ligadas à razão.

Neste trabalho, tentamos mostrar a importância da poesia no contexto da cidade reta da *República*. O quanto ela é essencial para o processo educacional platônico, e, conseqüentemente, para a estrutura da cidade. Argumentamos em favor de uma leitura dos livros II, III e X, que vê entre eles uma unidade argumentativa das teses defendidas por Platão. Outro ponto que sustentamos foi como o livro X é imprescindível dentro da estrutura argumentativa da questão poética. O livro X se mostra tão necessário à *República*, que, se não existisse, deixaria em aberto a questão sobre como a poesia deve retratar as coisas humanas, questão que foi anunciada inacabada por Sócrates no livro III¹⁴⁹. Para se conhecer o que a poesia deve dizer acerca dos homens, é preciso saber o que é a justiça. Para se saber o que é a justiça, é necessário conhecer a estrutura da alma. O livro X completa a teoria sobre a poesia que participará da cidade reta.

¹⁴⁹ Cf. PLATÃO. op. cit. 392c1 – 4.